

**Cooperativa Central de Crédito do Estado de
São Paulo – Sicoob São Paulo**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório
dos auditores independentes**



RTA-047-2020

Ribeirão Preto SP, 18 de fevereiro de 2020

À
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Atenção do Senhor **Henrique Castilhano Vilares**
Presidente

Prezados Senhores:

Encaminhamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores**Hélio Mazzi Júnior**
Diretor

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9
1 Contexto operacional	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	9
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	13
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	13
5 Títulos e valores mobiliários	14
6 Outros créditos	15
7 Outros valores e bens	15
8 Investimentos	15
9 Imobilizado de uso	17
10 Depósitos a prazo	17
11 Relações interfinanceiras	18
12 Outras obrigações	19
13 Patrimônio líquido	20
14 Dispêndios administrativos	21
15 Outros ingressos operacionais	22
16 Outros dispêndios operacionais	22
17 Partes relacionadas	23
18 Instrumentos financeiros	26
19 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	26
20 Coobrigações e riscos em garantias prestadas	28
21 Seguros contratados	28

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 24 de janeiro de 2020

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		4.828.620	4.003.106	Circulante		4.707.103	4.157.177
Disponibilidades	3	25	24	Depósitos a prazo	10	4.517.584	3.979.450
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.477.833	3.857.622	Relações interfinanceiras	11	183.425	171.945
Títulos e valores mobiliários	5	350.167	134.759	Outras obrigações	12	6.094	5.782
Outros créditos	6	595	100				
Outros valores e bens	7	-	10.601	Não circulante		1.124	9.281
				Exigível a longo prazo			
Não circulante		148.576	419.968	Outras obrigações	12	1.124	9.281
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	5	-	211.631	Patrimônio líquido	13	268.969	256.616
Outros créditos	6	829	790	Capital social		231.548	205.688
Outros valores e bens	7	654	1.517	Reserva legal		22.503	20.705
Investimentos	8	144.568	203.611	Reserva de contingência		9.885	20.487
Imobilizado de uso	9	2.525	2.417	Sobras acumuladas		5.033	9.736
Intangível		-	2				
Total do ativo		4.977.196	4.423.074	Total do passivo e patrimônio líquido		4.977.196	4.423.074

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	Nota	2º semestre	2019	2018
Ingressos de intermediação financeira		141.784	272.957	292.910
Operações de crédito		2	2	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	129.855	247.996	268.347
Títulos e valores mobiliários	5	11.927	24.959	24.559
Dispêndios de intermediação financeira		(135.466)	(259.827)	(279.149)
Operações de captação no mercado		(135.466)	(259.827)	(279.149)
Resultado bruto de intermediação financeira		6.318	13.130	13.761
Outros ingressos (dispêndios) operacionais		(12.483)	(15.680)	(1.620)
Dispêndios com pessoal		(3.690)	(6.412)	(5.056)
Dispêndios administrativos	14	(1.948)	(4.298)	(4.119)
Dispêndios de depreciação e amortização		(99)	(202)	(238)
Resultado de participação societária	8	4.424	13.222	22.538
Outros ingressos operacionais	15	9.230	10.076	4.974
Outros dispêndios operacionais	16	(20.400)	(28.066)	(19.719)
Resultado líquido não operacional		-	(862)	-
Perda/sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		(6.165)	(3.412)	12.141
Juros sobre o capital		12.729	12.729	13.032
Sobra líquida		6.564	9.137	25.173

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de contingência	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2018	195.816	16.199	20.882	9.062	241.959
Aumento de capital com sobras	4.115	-	-	(4.115)	-
Integralização de capital	2.878	-	-	-	2.878
Utilização da reserva de contingência	-	-	(1.767)	1.767	-
Sobras líquida do exercício	-	-	-	25.173	25.173
Juros sobre o capital	-	-	-	(13.032)	(13.032)
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	3.477	-	(3.477)	-
FATES (5%)	-	-	-	(695)	(695)
Em 31 de dezembro de 2018	205.688	20.705	20.487	9.736	256.616
Distribuição de sobras	9.736	-	-	(9.736)	-
Integralização de capital	3.395	-	-	-	3.395
Sobras líquida do exercício	-	-	-	9.317	9.317
Utilização da reserva de contingência	-	-	(10.602)	10.602	-
Juros sobre o capital	12.729	-	-	(12.729)	-
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	1.798	-	(1.798)	-
FATES (5%)	-	-	-	(359)	(359)
Em 31 de dezembro de 2019	231.548	22.503	9.885	5.033	268.969
Em 1º de julho de 2019	217.206	20.705	15.186	8.054	261.151
Integralização de capital	1.613	-	-	-	1.613
Sobras líquida do semestre	-	-	-	6.564	6.564
Utilização da reserva de contingência	-	-	(5.301)	5.301	-
Juros sobre o capital	12.729	-	-	(12.729)	-
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	1.798	-	(1.798)	-
FATES (5%)	-	-	-	(359)	(359)
Em 31 de dezembro de 2019	231.548	22.503	9.885	5.033	268.969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

	<u>2º semestre</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	372.944	673.381	18.242
Sobra ajustada	2.239	(3.703)	2.879
Sobra líquida	6.564	9.317	25.173
Depreciação e amortização	99	202	238
Residual de baixas do ativo imobilizado	-	-	6
Resultado de participação societária	(4.424)	(13.222)	(22.538)
Variações nos ativos	127.937	135.315	268.026
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	13.355	288.172
Títulos e valores mobiliários	122.471	111.030	(16.196)
Outros ativos	5.466	10.930	(3.950)
Variações nos passivos	242.768	541.769	(252.663)
Depósitos	249.049	538.134	(279.190)
Relações interfinanceiras	1.853	11.480	30.567
Outras obrigações	(8.134)	(7.845)	(4.040)
Fluxos de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	72.124	71.957	(3.747)
Redução (aumento) em investimentos	72.393	50.975	(19.830)
Dividendos recebidos	-	21.291	16.119
Aquisição de imobilizado de uso	(269)	(309)	(36)
Fluxos de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	1.254	3.036	(10.154)
Integralização de capital	1.613	3.395	2.878
Juros sobre o capital próprio	-	-	(13.032)
Destinação para o FATES	(359)	(359)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	446.322	748.374	4.341
Caixa e equivalentes de caixa inicial	4.234.685	3.932.633	3.928.292
Caixa e equivalentes de caixa final (nota 3)	4.681.007	4.681.007	3.932.633

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto – SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução CMN nº 4.434/2015. Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (nota 17 a).

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular BCB nº 3.669/2013, requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Cooperativa de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 24 de janeiro de 2020.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente no semestre e exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (nota 3).

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

b.6 Imobilizado de uso

Edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 9. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em receitas não operacionais, líquidas.

b.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.8 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.9 Depósitos à prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pelas administrações das cooperativas do Sistema quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As administrações das cooperativas do Sistema revisam periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.13 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

b.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.15 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008 (nota 2b.3).

Descrição	2019	2018
Disponibilidades	25	24
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	4.477.833	3.844.267
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	203.149	88.342
	4.681.007	3.932.633

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade	2019			2018
	Até 90 dias	Até 90 dias	Após 90 dias	Total
LFT Compromissada BANCOOB	1.118.929	125.264	-	125.264
CDI – Pós-fixada	3.358.904	3.719.003	13.355	3.732.358
	4.477.833	3.844.267	13.355	3.857.622

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, efetuadas no BANCOOB (nota 17 a), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e 100% da SELIC respectivamente. Foi registrado no exercício de 2019, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 247.996 (R\$ 268.347 em 2018).

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2019			2018			
	Circulante			Circulante	Não circulante		
	Até 90 dias	Após 90 dias	Total	Até 90 dias	Após 90 dias	Acima 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	89.833	134.016	223.849	-	46.417	164.689	211.106
Certificados Tesouro Nacional – ECTN (ii)	43.082	13.002	56.084	-	-	46.942	46.942
Fundo Centralização Financeira (nota 3) (iii)	70.234	-	70.234	86.372	-	-	86.372
Fundo Renda Fixa (nota 3)	-	-	-	1.970	-	-	1.970
	203.149	147.018	350.167	88.342	46.417	211.631	346.390

(i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.

(ii) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(iii) Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob São Paulo e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Foi registrado no resultado do exercício de 2019, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 24.959 (R\$ 24.559 em 2018).

6 Outros créditos

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Depósitos judiciais (i)	-	829	829	-	790	790
Impostos e contribuições a compensar	21	-	21	13	-	13
Devedores diversos	574	-	574	87	-	87
	595	829	1.424	100	790	890

- (i) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS, atualizados até 31 de dezembro de 2019 pela taxa SELIC (nota 12(ii)).

7 Outros valores e bens

Descrição	2019		2018	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Bens não de uso próprio – imóvel (i)	654	-	1.517	1.517
Despesas antecipadas (ii)	-	10.601	-	10.601
	654	10.601	1.517	12.118

- (i) Refere-se a imóveis recebidos de cooperativa ex-associada, em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito.
- (ii) Refere-se a antecipação ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação, apropriado no decorrer de 2019 (nota 13b.2).

8 Investimentos

Descrição	2019	2018
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB	115.186	174.358
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação	28.935	28.912
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC	434	328
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora	12	12
	144.568	203.611

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos no 2º semestre e exercício:

	SICOOB				SICOOB	Total
	BANCOOB	Confederação	CONFEBRÁS	CNAC	Corretora	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	148.650	28.485	1	214	12	177.362
Recebimento de dividendos	(16.233)	-	-	-	-	(16.233)
Resultado de equivalência patrimonial	22.538	-	-	-	-	22.538
Aumento de investimentos	19.403	427	-	114	-	19.944
Saldos em 31 de dezembro de 2018	174.358	28.912	1	328	12	203.611
Recebimento de dividendos	(21.291)					(21.291)
Resultado de equivalência patrimonial	13.222					13.222
Aumento de investimentos	21.290	23	-	106	-	21.419
Venda de ações PN	(72.393)					(72.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	115.186	28.935	1	434	12	144.568
Saldos em 1º de julho de 2019	183.155	28.935	1	434	12	212.537
Resultado de equivalência patrimonial	4.424					4.424
Venda de ações PN	(72.393)					(72.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	115.186	28.935	1	434	12	144.568

9 Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação		2019	2018
			acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	4%	2.500	(624)	1.876	1.976	
Instalações	10%	21	(6)	15	16	
Móveis e equipamentos de uso	10%	393	(191)	202	227	
Sistema de comunicação	10%	68	(34)	34	31	
Sistema de processamento de dados	20%	634	(542)	92	64	
Veículos	20%	151	(83)	68	98	
Imobilizações em curso	-	238	-	238	5	
		4.005	(1.480)	2.525	2.417	

10 Depósitos a prazo

a Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Depósitos	4.517.584	3.979.450

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Abaixo a composição por prazo de vencimento:

Vencimento em dias	2019	2018
Até 30 dias	4.516.589	3.971.147
De 31 a 60 dias	995	-
De 91 a 180 dias	-	5.360
De 181 a 360 dias	-	2.943
	4.517.584	3.979.450

b Concentração de depósitos a prazo

	2019		2018	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.913.507	42	1.748.986	44
Dois maiores depositantes	2.756.240	61	2.231.241	56
Dez maiores depositantes	4.166.715	92	3.694.265	93

No exercício de 2019, foram registrados R\$ 259.827 (R\$ 279.149 em 2018) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

11 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Centralização financeira de cooperativas	<u>183.425</u>	<u>171.945</u>

A circular BCB nº 3.238/2004, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o Sicoob São Paulo.

b Concentração da centralização financeira

	2019		2018	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	36.116	20	27.297	16
Dois maiores depositantes	60.053	33	49.176	29
Dez maiores depositantes	147.387	80	144.044	84

12 Outras obrigações

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e Estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	4.079	-	4.079	4.564	-	4.564
Gratificações a pagar	250	-	250	203	-	203
Cotas de capital a pagar	199	198	397	198	397	595
	<u>4.528</u>	<u>198</u>	<u>4.726</u>	<u>4.965</u>	<u>397</u>	<u>5.362</u>
Fiscais e Previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	280	-	280	179	-	179
Provisões tributárias e trabalhista (ii)	-	926	926	-	8.884	8.884
	<u>280</u>	<u>926</u>	<u>1.206</u>	<u>179</u>	<u>8.884</u>	<u>9.063</u>
Diversas:						
Provisão de férias, 13º salário e encargos	715	-	715	547	-	547
Outras	571	-	571	91	-	91
	<u>1.286</u>	<u>-</u>	<u>1.286</u>	<u>638</u>	<u>-</u>	<u>638</u>
	<u>6.094</u>	<u>1.124</u>	<u>7.218</u>	<u>5.782</u>	<u>9.281</u>	<u>15.063</u>

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 13 c).

(ii) A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente depósitos judiciais de R\$ 829 em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R\$ 790). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados.

No decorrer do segundo semestre de 2019, a Cooperativa obteve êxito em um dos processos relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Em virtude do desfecho do processo, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 8.160. Portanto, em 31 de dezembro de 2019, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 926 (2018 – R\$ 8.884), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

Conforme os assessores jurídicos da Cooperativa, não há outros processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2019.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa contava com 17 associadas (2018 com 16 associadas).

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 25.860, com incorporação de sobras ao capital de R\$ 9.736, com recursos provenientes da remuneração dos juros ao capital no valor de R\$ 12.729 e com aporte de capital das cooperativas singulares associadas no montante de R\$ 3.395.

O capital social da Cooperativa é de R\$ 231.548 e de R\$ 205.688 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

b Reserva de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. O percentual de destinação da Reserva Legal é de 25%.

b.2 Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação. No decorrer de 2019, foi utilizado o total de R\$ 10.602 para contribuições ao referido Fundo.

c Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 12(i)). O percentual de destinação do FATES é de 5%.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2018 e de 2017 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de abril de 2019 e 26 de abril de 2018, respectivamente.

14 Dispêndios administrativos

Descrição	2º Semestre	2019	2018
Processamento de dados	(142)	(203)	(42)
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	(87)	(901)	(1.445)
Serviços técnicos especializados	(135)	(144)	(635)
Vigilância e segurança	(145)	(290)	(281)
Despesas de comunicações	(57)	(110)	(91)
Despesas com sistema cooperativista	(570)	(1.048)	(808)
Outras despesas administrativas	(812)	(1.602)	(817)
	(1.948)	(4.298)	(4.119)

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2º Semestre	2019	2018
Distribuição de sobras do Sicoob Confederação (nota 8)	-	23	427
Atualização monetária de depósito judicial	20	39	122
Comissões recebidas da Sicoob Corretora	8	13	14
Comissões recebidas da Ponta Adm de Consórcio	69	69	-
Centro de Serviços Compartilhados – CSC (i)	919	1.612	833
Reembolsos programa SIPAG	-	-	20
Remuneração do capital social junto a CNAC (nota 8)	-	106	114
Reversão de provisão para contingências (nota 12(ii))	8.160	8.160	3.420
Recuperação de encargos e despesas	54	54	24
	9.230	10.076	4.974

(i) Referem-se à recuperação de despesas mediante o repasse para as cooperativas participantes da centralização de serviços relacionados à contabilidade, folha de pagamento, controles internos e auditoria interna. Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa detinha 10 singulares aderentes à centralização contábil, 5 singulares aderentes à folha de pagamento, 10 singulares aderentes aos controles internos e 7 singulares com processos centralizados de auditoria interna.

16 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2º Semestre	2019	2018
Correção provisões passivas	(120)	(203)	(255)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (i)	(2.246)	(4.522)	(4.604)
Juros sobre o capital	(12.729)	(12.729)	(13.032)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez Sicoob (nota 13b.2)	(5.301)	(10.602)	(1.767)
Outros dispêndios operacionais	(4)	(10)	(61)
	(20.400)	(28.066)	(19.719)

(ii) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sistema Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICOOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICOOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

17 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos semestres:

a **BANCOOB**

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do BANCOOB, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o Sicoob São Paulo, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do BANCOOB), controlam em conjunto o BANCOOB e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do BANCOOB.

Descrição	2019	2018
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	4.477.833	3.857.622
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	70.234	86.371
Realizável a longo prazo		
Investimentos (nota 8)	115.186	174.358
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	247.996	268.347
Títulos e valores mobiliários	3.059	3.304
Resultado de participação em controlada (nota 8)	13.222	22.538
Outros ingressos operacionais	-	20

b SICCOB Confederação

O SICCOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	2019	2018
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	28.935	28.912
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 15)	23	427
Recuperação de encargos e despesas	-	6
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICCOB Confederação (i)	(1.048)	(808)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (nota 16)	(4.522)	(4.604)

- (i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICCOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICCOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, alugueis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 17 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	2019	2018
Principais saldos:		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (nota 10)	4.517.584	3.979.450
Relações interfinanceiras (nota 11)	183.425	171.945
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Centro de Serviços Compartilhados - CSC (nota 15)	1.612	833
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo (nota 10)	(251.049)	(270.098)
Dispêndios de depósitos intercooperativos (nota 11)	(8.778)	(9.050)

d Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	2019	2018
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 8)	12	12
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 15)	13	14

e Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Cooperativa inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício de 2019, montaram a R\$ 909 (2018 - R\$ 479).

18 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, depósitos à prazo e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres.

19 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a **Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b **Risco de Mercado e de liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Risco de crédito e socioambiental

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

20 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

21 Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, mortes e invalidez	125
Imóvel	Incêndio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	3.057

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.